

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

O PAÇO DAS ESCOLAS E A UNIVERSIDADE
MARCOS DO PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE

ANTÓNIO FILIPE PIMENTEL

PROFESSOR DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



complexo edificado que hoje se designa de *Paço das Escolas* constitui, na sua essência, o antigo Paço Real de Coimbra, onde, em Outubro de 1537, se estabeleceria a Universidade, encerrando, assim, a sua longa itinerância medieval. Por seu turno, a instituição que, desde então, ficaria conhecida por *Universidade de Coimbra*, consubstancia, realmente, a própria *Universidade Portuguesa*, uma das mais

antigas da Europa (consagrada por D. Dinis em 1290) e, sobretudo, única escola superior (enquanto *studium generale*) do Reino e seus domínios até ao limiar do século XX.

De facto, a Reforma de D. João III, que ocasionaria a transferência de 1537, ao mesmo tempo que submetia o antigo *Estudo* à mais completa reformulação sofrida por uma universidade antes da Ilustração, convertendo-o numa escola de renome internacional, consagrava Coimbra (com a sua universidade e a respectiva coroa de colégios) na *capital do ensino* do Império Português, configurando um projecto pedagógico (e ideológico) profundamente original, dirigido à homogeneidade do processo formativo dos quadros superiores do Reino (tanto civis como eclesiásticos) e cujo impacte, por conseguinte, se faria sentir, ao longo de séculos, em todos os territórios sob administração portuguesa.

O Paço das Escolas constitui, desse modo, não apenas o marco arquitectónico que, desde o século XVI, encerra uma das mais antigas e prestigiosas universidades europeias, pólo de um programa pedagógico de impacte pluricontinental, mas a ilustração visual desse mesmo programa, no âmbito de uma escola sempre assumida como *régia* e de um edifício ele mesmo sempre entendido como Paço Real, no âmbito da própria designação, que por séculos ostentaria, de *Paço Real das Escolas*.

Na verdade e ao invés das restantes universidades, progressivamente instaladas, desde o século XV, no interior de edifícios concebidos em função das suas necessidades específicas, configurando uma nova tipologia arquitectónica então emergente (o *colégio*), a Universidade de Coimbra, por força das vicissitudes da transferência e da sucessiva falência de todos os projectos de edificação das *escolas próprias*, conservar-se-ia na moradia régia, até que, em 1597, a Coroa aliena formalmente o edifício, que se converte desde então, de direito próprio, em *Paço das Escolas*, conservando, porém, todas as prerrogativas e a dignidade de Paço Real que fora até então. E, por via disso, a Universidade de Coimbra habita num *palácio*, o que a diferencia das suas congéneres europeias.

O processo que, a partir de então, se empreende, não apenas de submissão às necessidades funcionais do *Estudo* de um organismo concebido ao serviço de finalidades muitíssimo diversas, mas de reconversão dos antigos objectivos representativos, de *mero* Paço Real, às ambições imagéticas da instituição — de *morada da Sabedoria* (melhor dizendo, de *Paço Real da Sabedoria*) — e que nele acumularia, no decurso dos séculos seguintes, intervenções do quilate da *Biblioteca Joanina*, uma das mais impressionantes bibliotecas jamais edificadas, iria configurar, sedimento após sedimento, um edifício absolutamente original no próprio contexto desse singular capítulo que constitui a arquitectura universitária europeia.

Contudo, o monumento onde a Universidade se instala em 1537, possuía já uma história anterior de mais de cinco séculos. História que, por seu turno, o converte, de igual modo, num edifício ímpar, não apenas no contexto peninsular, mas no da própria arquitectura áulica europeia até à Época Moderna. Erigido inicialmente como uma poderosa e monumental alcáçova, no contexto da conquista de Coimbra por Almançor, em 987 (e do seu *repopoamento*, em 994), tudo indica que no âmbito da

fortificação geral da cidade que iria outorgar-lhe as muralhas que a defenderam durante a Idade Média, seguiria o modelo oriental, quadrangular, orlado de torres semi-circulares, que, seis décadas mais tarde, emergiria no Palácio de La Aljafería de Saragoça e a reconstituição deste programa permite hoje visionar o que terá sido um dos mais arrojados projectos levados à prática pelo Califado omíada de Córdova.

Gravemente danificada com a reconquista definitiva da cidade, por Fernando Magno, em 1064, a alcáçova original seria, na sua sequência e após a sua restauração (que introduziria significativas alterações na morfologia das torres do flanco sul e acrescentaria ao primitivo recinto fortificado um *albacar*, que o prolongaria para poente), convertida em residência do governador cristão, o poderoso *alvazir* Sesnando, a mais relevante figura (a par do *Cid*) no contexto da Península cristã do século XI, que aqui edificaria uma capela, dedicada a S. Miguel e uma *aula* anexa, núcleo primitivo do *palatium* que as recentes intervenções arqueológicas permitiriam reconhecer e, em boa parte, reconstituir.

Nos anos que se seguem é nesse edifício que se instalam, sucessivamente, Afonso VI de Leão, Afonso de Borgonha e D. Urraca e Henrique de Borgonha e D. Teresa, os Condes de Portucale e, a partir de 1130, Afonso Henriques, primeiro Rei de Portugal, que aqui terá (talvez) nascido e aqui viria a morrer. Nos séculos seguintes e à excepção única de D. Pedro I, o Paço Real de Coimbra veria nascer, entre inúmeros Infantes e Infantas, todos os monarcas portugueses da Casa de Borgonha, ao mesmo tempo que se convertia, no século XIV e desde Afonso IV, numa ampla estrutura, edificada a partir do primitivo núcleo sesnandino (e em substituição das instalações precárias que, ao longo do tempo, se lhe teriam ido acrescentando), dotada de uma *Sala Grande*, de imponentes dimensões e cujas infraestruturas ainda parcialmente subsistem.

É nessa sala que têm lugar as Cortes de 1385, das quais sairia eleito D. João I por Rei de Portugal, entronizado depois na capela adjacente. A este soberano se ficaria, aliás, a dever, nova intervenção no Paço de Coimbra, sobre o antigo *albacar* de Sesnando, de que subsistem vestígios, ao mesmo tempo que rasgava no edifício um amplo sistema de aberturas. Este conjunto de intervenções seria, porém, grandemente modificado por seu filho, o Infante D. Pedro, Duque de Coimbra (e, desse modo, senhor do palácio) e um dos mais singulares príncipes europeus do pré-Renascimento, com a demolição da *ala do albacar* e da primitiva capela, edificando, em seu lugar, um novo corpo, perpendicular ao recinto original e que subsiste ainda, ao mesmo tempo que lançava as bases do templo actual, cuja nave pertence à sua intervenção.

Enfim, após um curto período de abandono, correspondente ao reinado de D. João II, sofreria o Paço, por determinação de D. Manuel I, uma ampla reestruturação, concluída já no reinado de seu filho, D. João III, no início da década de 30 do século XVI, intervenção essa que é hoje possível reconstituir minuciosamente e que iria convertê-lo numa ampla e complexa residência régia, metáfora visual da própria concepção do poder real como ela seria formulada num tempo angular da história portuguesa e europeia — na charneira da Idade Média e da Modernidade, quando a Europa se projecta para o Mundo. É nesse Paço milenar, uma das residências régias melhor conhecidas e estudadas à escala europeia, que a Universidade se instala, poucos anos volvidos, em 1537. Nesse marco arquitectónico encontrará, decerto, uma das matrizes que a singularizam enquanto instituição. Mas é esse mesmo estabelecimento, em fim de contas, com a nova *vitalidade* que outorgou ao edifício, a própria razão de fundo da preservação (não menos singular), até aos dias de hoje, do fascinante palimpsesto que configura o *Paço das Escolas*.